
REFLEXÕES COMUNITÁRIAS E ADMINISTRAÇÃO DAS DIFERENÇAS¹

BENJAMIN ABDALA JUNIOR*

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da ascensão do comunitarismo cultural, tal como ele se coloca supranacionalmente diante da repactuação política internacional originária do *crack* financeiro de 2008. A partir do lócus enunciativo, colocam-se dois enlaces principais, do ponto de vista literário e cultural, para os países de língua portuguesa e ibero-americanos. Tais formulações não restringem políticas de cooperação e de solidariedade, pois que, de acordo com o autor, o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e identidades plurais. O texto, a partir dessas configurações, centra-se no comunitarismo cultural dos países de língua portuguesa, oriundo do hibridismo cultural das várias margens da Bacia Cultural Mediterrânica. Levanta ainda questões de ordem política no sentido de problematizar a atual assimetria dos fluxos culturais e as estratégias de administração da diferença para a preservação de hegemonias estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunitarismo cultural, Administração das diferenças, Fluxos culturais, Fronteiras múltiplas, Identidades plurais.

INTRODUÇÃO

Em intervenção num evento comemorativo dos cem anos da República portuguesa, realizado na Universidade de Lisboa, destacamos que a grande mídia, antes do grande *crack* financeiro de 2008, naturalizou a imagem utópica do mundo das finanças: desregulamentação e flexibilidade como modelo para a economia, um desenho naturalmente extensivo às práticas sociais e culturais. De acordo com a reiterada agenda que pautava os meios de comunicação, desregulamentação se

* Bolsista CNPq e Professor titular da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.
E-mail: benjamin@usp.br

afinaria com liberdade e, esta, nas esferas socioeconômicas, com a competitividade, colocada, assim, como critério de eficiência e aspiração maior das empresas, do indivíduo e da democracia. O individualismo associado, assim, à condição da vida democrática, e, mais, como uma das inclinações fundamentais do humanismo. Em decorrência do *crack*, esse sistema de valores vem sendo obrigado a se reciclar diante da nova situação, como analogamente já o fizera no *crack* de 1929.

O atual momento político solicita reconfigurações de estratégias, repactualizações, que no caso do Brasil já vêm ocorrendo nas relações internacionais. No plano da vida cultural, entretanto, essa repactualização continua muito tímida. A intelectualidade no Brasil e nos países ditos ocidentais, em geral, têm-se colocado a reboque dos acontecimentos, dando curso a discursos legitimadores das hegemonias estabelecidas. E nestas reflexões sobre questões de identidade diante do processo de americanização do mundo, é de se entender que as vozes críticas desse processo, muitas vezes melancólicas e contemplando ruínas, devem assumir atitudes mais ativas e prospectivas, para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade.

Pelas margens, temos procurado destacar a necessidade de se pensar a possibilidade real de um efetivo contraponto ao paroxismo da competitividade, que segue a lógica da assimetria dos fluxos econômicos e culturais. Essa inclinação para a regulação da vida social constitui uma reação aos efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras nacionais para impor a sua ordem. Entretanto, já que toda hegemonia é porosa, foi pelas brechas desse processo globalizador que se firmou a necessidade de articulações amplas, envolvendo o crescente comunitarismo supranacional.

É dessa situação político-social que se impõe relevar que identidades (individuais, sociais e nacionais) devem ser vistas no plural. Não se trata de identidades, fronteiras ou campos discursivos elásticos, plásticos, informes (BAUMAN, 2000), mas de identidades vistas do lugar de onde acessamos o mundo – para nos valer da linguagem da Internet –, e que envolve fronteiras contíguas e não contíguas. Somos vários e contraditórios numa mesma identidade e nossas fronteiras são múltiplas. Temos defendido, nesse sentido, a ideia de relevarmos os blocos culturais, da mesma forma que no campo da economia. Para quem se situa no Brasil, impõem-se relações estreitas com nosso bloco

linguístico-cultural e com os países ibero-afro-americanos. Não só essas relações evidentemente, pois num mundo de fronteiras múltiplas são fundamentais outras articulações supranacionais.

É importante que a intelectualidade imbuída de sentido crítico verifique implicações socioculturais desses processos que se articulam em rede, sem descartar potencialidades subjetivas. O processo colonizador – cujas *formae mentis* continuam através das assimetrias dos fluxos econômicos e culturais – leva a hábitos, como a conhecida importação de modelos externos, sem criticidade, para os mais variados campos da cultura, inclusive cultura material. Nos estudos linguísticos e literários são comuns a importação acrítica dessas fórmulas, como também ocorre no terreno científico e tecnológico, perpetuando assimetrias que continuam a nos “colonizar”. É evidente que nas esferas culturais, tal como ocorreu historicamente, entre os atores afinados com políticas coloniais (depois neocoloniais e imperiais), ter acesso à última novidade pode significar preservar poder simbólico.

O sentido de colonialidade determinou a divisão do trabalho mundial. Da concentração eurocêntrica, essa colonialidade passou para a hegemonia norte-americana, conforme sabemos, alargando assim a hegemonia do Atlântico Norte.

Foi assim que, desde os tempos explicitamente coloniais, o etnocentrismo procurou estabelecer a inteligibilidade e, principalmente, a legitimidade necessárias às práticas de dominação, justamente porque inferiorizavam tanto em discursos científicos quanto leigos, os espaços, povos e culturas das colônias e apontavam a sua necessidade de evolução em amplos sentidos, a partir da interação com exploradores, justificando sua dominação. Hoje, numa ambiência da social-democracia, esses hábitos persistem nos olhares, práticas e representações que permitem a continuidade da dominação, mesmo que de forma sutil, naturalizada.

Essa mesma inclinação também ocorre no interior das nações europeias e nos EUA, onde há numerosas comunidades marginalizadas como as dos irlandeses, ciganos, negros, latino-americanos, muçulmanos; logo, os habitantes das periferias. Enfim, os “diferentes”.

Evidentemente, convém acentuar que também aprendemos com a experiência do “outro”, situe-se esse “outro” num polo hegemônico ou não. Aprendemos também com os povos ágrafos, que possuem uma experiência que não tivemos. Afinal, somos todos misturados. As

identidades são sempre plurais, já afirmamos. Precisamos, por outro lado, não nos submetemos a conceitos de uma certa hibridização que se confunde com uma plasticização indefinidora de fronteiras, que, na verdade, não são líquidas (conceito de Bauman), mas, entendemos como configuradas e múltiplas.

Vieram de nossa formação hábitos alienados e as formas culturais, tal como as formas políticas, sociais e econômicas, resistem. Há nelas, de um lado, uma experiência acumulada; e, de outro, implicações ideológicas que tendem a justificar hegemonias. O grande problema, do ponto de vista político, é que tais impregnações fazem parte do cotidiano e configuram, enquanto forma dominante, as expectativas de cada um, seja ele um dirigente ou dirigido.

Das identidades individuais às coletivas, podemos observar – em acréscimo à definição de Benedict Anderson (ANDERSON, 1989) de que o estado-nação é uma comunidade imaginada –, que essa comunidade só vem da articulação socioeconômica dessa comunidade com seu sistema de poder. É, assim, o estado-nação moderno. E ele se formou na Europa paralelamente à dominação colonial. E se colocou politicamente em causa – ontem, como hoje – a administração das diferenças. Diferenças internas, como as entre os estados nacionais europeus; diferenças externas, através da sublocação do poder para os crioulos culturais dos territórios subalternizados, como ocorreu na América Latina. Nos EUA, pelo extermínio dos povos indígenas e o *apartheid* dos ex-escravizados, estabeleceu-se um país dos “brancos” que se recusavam à mistura. Aos negros e aos índios eram inicialmente negados o estatuto de cidadão. No Brasil, a inclinação para o *apartheid* foi substituída pela ideologia da “democracia racial”, que foi uma forma de mascarar a discriminação da população negra.

Os hábitos pautados pelas assimetrias continuam a considerar as misturas como inferiores, para, assim, subalternizá-las num mundo de hegemonia de um pensamento único. Há que se estabelecer – em sentido contrário – um projeto sempre renovado de “descolonização”, que coloque em cheque tais *formae mentis*. Essa observação vale para o multiculturalismo liberal e para crítica ao processo de americanização hegemônica do mundo que atinge a todos subalternos. Uma “colonização” que abarca inclusive – por extensão – as esferas das disciplinas acadêmicas. Impõe-se à intelectualidade, como sempre, um

pensamento crítico e uma efetiva manifestação de sua potencialidade subjetiva.

As relações comunitárias supranacionais são, hoje, laços de uma sociedade que tende a se organizar em redes. Em relação aos países de língua portuguesa, esses laços linguístico-culturais formaram-se através de uma experiência histórica comum, associada ao sistema colonial. Os primeiros colonizadores da América Latina vieram da região que os árabes chamaram de Al-Ândalus. Algarve provém de Al-Gharb Al-Ândalus (Andaluzia Ocidental), que abrangia o atual Algarve e o baixo Alentejo. A maior parte da população popular de Lisboa, na época dos Descobrimentos, some-se a essas constatações, era de origem moura. Eram regiões culturalmente híbridas, para onde confluíram muitas culturas da bacia cultural mediterrânea. Alargando as observações, poderíamos afirmar que a bacia mediterrânica, na perspectiva de um campo que se organiza em rede, constitui um nó multívoco, pelos cruzamentos histórico-culturais entre a Europa, África e Ásia. No processo de colonização das Américas, seu repertório híbrido e polissêmico veio a misturar-se ainda mais pelas interações com os povos ameríndios e africanos. Entendemos que esses países ibero-americanos, e mesmo ibero-afro-americanos, reúnem condições, na atualidade, para a constituição de um bloco comunitário, que, ao lado de outros, mais restritos ou abrangentes, poderão vir a reunir condições de colocar limites às assimetrias imperiais dos fluxos culturais.

Temos argumentado que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (ABDALA JUNIOR, 2002). Em termos de aproximações linguístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngues e reciprocidades em termos de poder simbólico. Em nosso caso, para além das notórias laçadas para os países de língua espanhola, há a variedade e amplitude das redes comunitárias. Num mundo no qual o inglês acabou por se constituir numa espécie de língua franca, é necessário que falemos também em português e outros idiomas, inclusive no campo tecnológico. Em termos linguísticos, não apenas como língua de cultura, mas de ciência.

Muitas redes comunitárias supranacionais têm-se firmado em escala planetária, como os movimentos de gênero, de defesa e promoção dos direitos humanos, da ecologia, etc. Estabelecem-se, assim, campos

de interlocução para além das fronteiras de estado, constituindo possibilidades de contrapontos à monologia dos fluxos hegemônicos. Tais campos, múltiplos, da vida comunitária supranacional, reúnem condições de contribuir para interferir democraticamente na vida social, numa linha onde a particularidade nacional tende a se articular em rede supranacional. Talvez seja possível continuar a sonhar, como no passado, e tendo em vista um futuro não distante, com a possibilidade de que um trabalhador norte-americano venha a se preocupar com o salário de um outro trabalhador, da América Latina ou da Ásia. É verdade que isso só terá condições de ocorrer a partir da consciência desse trabalhador – a crise é sistêmica, com efeitos globalizadores – de que o salário do outro trabalhador implicará na definição de seu próprio salário. Teríamos assim a possibilidade de uma desejável vinculação entre o comunitário e o social.

Voltando ao início destas notas críticas, quando falamos de uma tendência mais social democrata de administração da diferença, apontamos para outra, sempre presente: o autoritarismo explícito, violento, mas coexistente com o da socialdemocracia. Diríamos que tendências nacionais afins, das desenvolvidas por Barack Obama, apontam para a necessidade de se estabelecer um espaço de contato com o outro. Um contato visual e corpóreo para interações, em que os grupos dominantes continuam com seus privilégios, mas devem fazer concessões para manter sua hegemonia. Logo, desejos mais sutis de deslocamentos e conexões espaciais inclinados à mistura e à transculturação, mas tendentes a propósitos explícitos de dominação e de hierarquização. Entretanto, já que as coisas são misturadas, a inclinação da globalização para a homogeneização torna possível a ascensão das diferenças.

Não se trata de se discutir a qualidade e a relevância dos saberes de origem europeia ou norte-americana, mas simplesmente a pretensão de que os mesmos tendem a ser sempre universais e superiores em relação aos saberes criados pelos grupos humanos espalhados pelo planeta. Não deixa de ser curiosa – em termos de administração da diferença – a relativa ausência do conceito de imperialismo em muitos estudos pós-coloniais produzidos fora da América Latina, quando se sabe que sua presença foi fundamental para as análises produzidas nos países subalternos.

É de observar que o Ocidente não abandonou seus laços territoriais e a assimetria dos fluxos aporta nos territórios dos outros. Tais assimetrias são próprias de um novo império que atua em esfera global, sem perder suas bases de fogo.

Nesse sentido, o crítico não pode se ater à performance narcisista, que seria própria de quem está (apenas) de passagem, e também na apologia de um aparente descompromisso, afinado com o hiperindividualismo. Na verdade, ele fala sempre de um *locus enunciativo* determinado, estando em seu país de origem ou na diáspora. Se adotar posturas afins de uma espécie de relativismo nômade, ele acaba por se limitar a resvalar nos obstáculos, sem manter laços situacionais para além do efêmero do discurso da moda. Práxis efetivamente críticas não permanecerão restritas a esses enquadramentos, alheias a laços mais amplos, que envolvam tensas relações em diálogo, discerníveis do ponto de vista geopolítico, mas também – por outro lado – na conjunção entre fios discursivos de diversas áreas do conhecimento, se pensarmos a área dos estudos literários.

Temos de levar na devida consideração o fato de que a teorização pós-colonial tem discutido convenientemente questões relativas à chamada globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Uma verdadeira globalização pressupõe reciprocidade e o que ocorre é a mundialização da economia capitalista com suas assimetrias. Em relação às questões político-sociais, entretanto, a teorização pós-colonial pode tender a inclinações genéricas. São igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial, aos que se emanciparam há dois séculos. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – todas ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural em rede, situada num *locus enunciativo* determinado, pode revelar de qual pós-colonialismo se trata.

Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal – permita-nos este otimismo –, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar da diferença,

afim, por exemplo, do multiculturalismo de matização liberal, pode constituir uma maneira mais inteligente e de longo prazo de se preservar e mesmo promover a hegemonia estabelecida. Estratégia para um capitalismo administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores, por exemplo, do governo Roosevelt, nos EUA, seria uma espécie de um novo *New Deal*, de onde – já que as coisas são misturadas – foi possível surgir, não obstante, obras de Caldwell, Hemingway, Dos Passos, Gold, Steinbeck, Faulkner, etc. E também a organização das Nações Unidas e da carta que estabelecia o princípio da autodeterminação dos povos.

O discurso de respeito à diferença, que agora se afirma, é o da perspectiva liberal do multiculturalismo, que pode tender à guetização dos excluídos, ou à simples tolerância dos incluídos administrados. O pensamento hegemônico do Atlântico Norte tem sido avesso à valorização das misturas – é de se repetir. Na grande narrativa da formação nacional dos EUA, por exemplo, inculcada mundialmente pela mídia, a dita missão civilizatória se fez inicialmente contra os que consideravam bárbaros indígenas. Pouco importa as poucas escaramuças dos povos nativos contra o invasor europeu da história real, pois quase sempre eles se limitaram a se afastar dos invasores, quando expulsos de suas terras mais férteis. Para essa mídia ideológica, os povos indígenas eram impostores em suas próprias terras e estas eram consideradas como se fossem vazias – a “Terra Prometida” ou “Nova Canaã” da simbologia que vem das cruzadas. E a estrutura dessa narrativa fundamentalista, associada ao poder imperial, vem até nossos dias, comutando indígenas por negros, latino-americanos, asiáticos ou árabes. Estes são os “outros” (na designação naturalizada, os “étnicos”), sempre mostrados como agressivos, indisciplinados, incivilizados, etc. Afinam-se, nessa perspectiva ideológica, como mestiços, impuros.

Tal etnocentrismo, sobretudo das elites norte-americanas, pode vir a ser agora atenuado, na nova configuração que se esboça, como uma das tendências possíveis da política imperial, embora seja contraditada pelos setores conservadores desse país. Fala-se insistentemente, por outro lado e na perspectiva da administração da diferença, na necessidade de “tolerância”: tolerância liberal, uma nova

modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem reciprocidade. A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição de Barack Obama (OBAMA, 2007), e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Sem a discussão dessas relações, o discurso multicultural que, ao que parece, pode se afirmar ainda mais, não deixará de ser um veículo conceitual de administração da diferença. Falta a esse multiculturalismo de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças.

Reiteramos, pois, no contraponto ao que naturalizou até o momento do *crack* econômico, de que o acesso à rede supranacional se faz num lócus enunciativo determinado e ele é fundamental para a crítica. Se na vida universitária, por exemplo, um docente situa-se numa universidade norte-americana, ele não pode desconsiderar o fato de que seu discurso pode estar associado a estratégias hegemônicas desse país. Faz parte do consenso hegemônico, na atualidade, não apenas aceitar, mas promover a capitalização da diferença. Uma diferença que se consubstancia em produtos, desde o da imagem democrática do país hegemônico até as mercadorias mais explicitamente comercializáveis. Para além do produto diretamente comercializável, a hegemonia implica um “reconhecimento” internacional da instituição onde esse crítico trabalha, o que, certamente, atrairá alunos e docentes, inclusive dos países não-hegemônicos. A partir dessa situação, serão criadas condições para convênios interinstitucionais com esses países, tendentes à preservação da hegemonia. Só uma efetiva reciprocidade entre os atores da comunidade universitária envolvida poderá atenuar essas assimetrias. Isto é, a consciência da dimensão política que envolve a pesquisa científica.

É provável que o fluxo cultural hegemônico, configurado nos estudos literários, em teorias e correntes críticas, acabe por estabelecer no país subalterno um entreposto associado. Se esse porto receptivo for efetivamente crítico, é de se presumir que veiculará fluxos de natureza diferente daqueles da estandardização que norteia a cultura de massa, mas pode não deixar de apresentar vetorização equivalente.

Sem reconfigurações das redes discursivas intervenientes às dinâmicas contra-hegemônicas, o novo lócus pode ser um porto que corre o risco de ser no máximo uma particularidade de um desenho mais abrangente da administração da diferença. O núcleo determinante da enunciação, que imprime a direção do fluxo, no caso da sublocação subalterna, não deixa de estar no centro hegemônico. É próprio das estratégias de legitimação da hegemonia tolerar a diferença, desde que seja uma diferença administrada. Tais observações valem tanto para o vestuário quanto para as modas críticas. Através de estratégias de convergência dessa modalidade de administração, a incorporação orgânica da diferença poderá inclusive constituir fator de dinamização da rede hegemônica. Mudar, assim, para continuar a colonizar o imaginário, determinando padrões e condicionando expectativas que enredam o mundo das margens.

Nesse sentido, convém repetir que o crítico não pode se ater à performance narcisista, que seria própria de quem está (apenas) de passagem, e também na apologia de um aparente descompromisso, afinado com o hiperindividualismo da situação que resultou no *crack* financeiro. Uma situação que não deixa de apresentar analogias com a dos assim chamados “anos loucos” da década de 1920, que redundou no *crack* de 1929, de que falamos.

Limitar-se a esses hábitos pode significar delimitação alienante à canalização dos fluxos culturais estabelecidos. Uma práxis efetivamente crítica não permanecerá restrita a esses enquadramentos, alheia a laços mais amplos, que envolvam tensas relações, seja relativamente à vida sociopolítica ou mesmo no que ocorre analogamente também entre as diversas áreas do conhecimento. O desenho é correlato, da geopolítica ao mundo cultural. É importante que nos voltemos para articulações que podem levar a problemáticos *nós* multidiscursivos, inclinados à discussão das possíveis conexões – sempre colocadas no plural – entre o mundo que se desenha na vida cultural e suas relações com o *chão* das relações político-sociais.

ABSTRACT

Rise analysis of cultural communitarianism, as he puts supranationally on the international political recovenant original financial crack of 2008. From the enunciation locus, put up two main links, the literary and cultural point of view: for the countries of Portuguese and Ibero-America. Such formulations do not restrict cooperation and solidarity policies, since, according to the author, the world sets up increasingly as multiple boundaries and multiple identities. The text from these settings, focuses on the cultural communitarianism of Portuguese-speaking countries, coming from the cultural hybridity of the various shores of the Mediterranean Cultural Basin. Still raises political issues in order to discuss the current asymmetry of cultural flows and the difference of management strategies for the preservation of established hegemonies.

KEYWORDS: Cultural communitarianism, Administration of the differences, Cultural flows, Multiple borders, Identities plurals.

REFLEXIONES COMUNITARIAS Y LA ADMINISTRACIÓN DE LAS DIFERENCIAS

RESUMEN

Este artículo analiza la ascensión del comunitarismo cultural, tal como él se sitúa supranacionalmente ante la repactualización política internacional, que viene del *crack* financiero de 2008. Desde el *locus* enunciativo se colocan dos enlaces principales, desde el punto de vista literario y cultural, para los países de lengua portuguesa e iberoamericanos. Esas formulaciones no restringen las políticas de cooperación y solidaridad, ya que, según el autor, el mundo se instala cada vez más como lugar de múltiples fronteras y de identidades plurales. El texto, a partir de esas configuraciones, se centra en el comunitarismo cultural de los países de habla portuguesa, oriundo de la hibridación cultural de distintas márgenes de la Cuenca Cultural Mediterránea. Plantea problemas de orden político con el fin de discutir la actual asimetría de los flujos culturales y las estrategias de gestión de la diferencia para la conservación de las hegemonías concretizadas.

PALABRAS CLAVES: Comunitarismo cultural, Administración de las diferencias, Flujos culturales, Fronteras múltiples, Identities plurales.

NOTAS

- 1 Este trabalho foi apresentado na mesa redonda “Frontiere multiple, identità plurali”, no âmbito do *I Congresso Culture e Letterature in Dialogo: identità in movimento*, ocorrido entre os dias 12 e 14 de maio de 2016, na Universidade de Perugia, Itália.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

OBAMA, Barack. *A audácia da esperança*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

Submetido em 15 de junho de 2016.

Aceito em 23 de setembro de 2016.

Publicado em 12 junho de 2017.
